

Alongamento do prazo dos papéis é maior objetivo

O governo tem hoje dois grandes objetivos em relação à dívida pública: alongar o prazo e trocar os títulos pós-fixados por prefixados. O economista-chefe da Sul América Investimentos, Luiz Carlos Costa Rego, explica que é importante esticar o prazo dos papéis para que não seja preciso ir toda hora ao mercado para conseguir recursos. Ele compara: "Se você toma um empréstimo e precisa pagar a primeira parcela depois de 15 dias, vai ter de obter um novo empréstimo para quitar essa prestação."

O outro objetivo é aumentar a participação de títulos prefixados na composição da dívida. O papel prefixado é mais vantajoso porque, em caso de aumento dos juros, o prejuízo fica com quem comprou o título, pois o rendimento é fixo. No caso dos papéis pós-fixados, uma alta dos juros afeta imediatamente o governo, pois esses papéis são corrigidos pela taxa Selic.

Outro ponto importante é a obtenção de superávits primários (receitas menos despesas, exceto gastos com juros), para manter a relação dívida/PIB estabilizada. O governo economiza para abater parte do custo com o pagamento de juros. Com isso, a relação dívida/PIB estabiliza-se ou diminui. Esse é um dos principais indicadores usados pelo mercado para verificar se vale a pena continuar emprestando recursos para o País. Se a relação cresce, os investidores começam a temer que o governo não vai conseguir honrar seus compromissos.